

## 2 Memória e história: entre aplicações e apropriações

*“O veredicto do passado é sempre o veredicto de um oráculo.  
Não podeis compreendê-lo se não fordes  
arquitetos do futuro  
e conhecedores do presente”  
Friedrich Nietzsche<sup>1</sup>*

### 2.1 Usos, abusos e dever

Investigar o tema da memória é sempre um desafio. Independentemente da abordagem feita ao tema, e há muitas possíveis, o pesquisador percorre as vielas de um frágil terreno emotivo. No trabalho com depoimentos e entrevistas, essa “constelação afetiva”<sup>2</sup> revela-se de maneira muito evidente e certos assuntos privilegiam algumas manifestações sentimentais em relação a outras. As memórias de filhos de militantes não se mostraram diferentes, consideradas as controvérsias que circunscrevem os temas da tortura, da luta armada, do exílio. Prediletas desse núcleo são as memórias da dor, do sofrimento. Memórias que, por fim, espelham a violência de situações limite, onde encontraremos os exemplos de ditaduras e regimes totalitários, praticantes da intolerância e da exclusão.

Nunca é fácil se aproximar dessas memórias e lembrá-las pode ser ainda mais penoso. Entre os entrevistados desta pesquisa, muitos conviveram com memórias tais, parte constitutiva da memória de suas famílias. Cientes que estas não são memórias propriamente suas, no entanto, reconhecem nos cometidos atos de violência contra seus pais algo que diz respeito às suas trajetórias individuais. Com a cautela de quem discorre sobre um assunto que não domina profundamente, mas do qual possui alguma intimidade, narraram ásperas memórias, certos de que elas também lhes pertencem. Ponderavam estarem “falando da história da mãe”<sup>3</sup>, “sobre o que

---

<sup>1</sup> NIETZSCHE, F., Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. p. 161.

<sup>2</sup> CUNHA, R de M., op. cit. p. 24.

<sup>3</sup> Entrevista de “Juliana”. Depoimento concedido em 5 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro. ;  
Entrevista de “Olga” via email. 10 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

aconteceu com o pai”<sup>4</sup>, mas isso não os impedia de seguirem em frente. Muito pelo contrário, não foi preciso perguntar sobre a tortura e sobre as prisões, para que as temáticas viessem à tona. Não foram os pontos mais tocados, por alguns sequer houve menção, mas elas estavam lá. No choro, no silêncio, na vergonha e até nos detalhes de informação.

Para uns, a noção de dever lembrar essas memórias era forte e imperativa. Falou-se em “obrigação”<sup>5</sup>, na “importância de conhecer essa história”<sup>6</sup>, com o tom de uma obrigação cívica e também familiar. Para outros, a identificação com esse núcleo de memória era mais “superficial”<sup>7</sup>, um dado de suas trajetória que eles conheciam e dimensionavam seu peso e sua dor.

A memória entendida como um legado de experiências de vida passadas adiante de geração a geração, como será visto no próximo capítulo, não pode deixar de lado a sucessão de gerações, na medida em que há uma transmissão de memória de uma geração para a outra. Uma vez divulgadas publicamente, memórias referentes a experiências já vividas podem ser incorporadas por outras gerações, que as admitem e as reconhecem – ou as negam e repudiam - mesmo que não façam parte de suas vivências. Assim, a memória é dotada de um sentido histórico. Não diz respeito, portanto, somente aos que viveram um episódio e que dele se lembram, mas diz respeito a todos os que são parte da coletividade implicada no ocorrido.

Em certos casos, a partir de divulgações públicas feitas pelos pais, a respeito da violência que sofreram, alguns filhos de militantes tomaram o devido conhecimento sobre o que se passou. Luis, que sempre soube do caso de tortura do pai, conheceu detalhes dos procedimentos aos quais ele fora submetido, ao ler sua entrevista concedida ao *Pasquim*<sup>8</sup>. Olga “entendeu melhor a mãe” após a leitura de um artigo no jornal sobre seus meses na prisão<sup>9</sup>. Em algumas ocasiões, Clarice viu definirem seu pai como ex-presos político, ex-torturado; “a ficha aos poucos ia caindo”<sup>10</sup>.

---

<sup>4</sup> Entrevista de “Luis”. Depoimento concedido em 6 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Entrevista de “Camila”. Depoimento concedido em 22 de setembro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> Entrevista de “Pablo”. Depoimento concedido em 17 de agosto de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>7</sup> Entrevista de “Nina”. Depoimento concedido em 19 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>8</sup> Entrevista de “Luis”. Depoimento concedido em 6 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>9</sup> Entrevista de “Olga” via email. 10 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> Entrevista de “Clarice”. Depoimento concedido em 12 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro.

Por um lado, a incorporação de novas gerações que se autorreconheçam como sujeitos implicados em uma memória que não viveram, traz à tona a dimensão coletiva e as implicações públicas do vivido, importantes para que as lembranças não caiam no esquecimento. Serão as outras gerações que irão conservar e atualizar as vivências do passado e cuidarão para que sempre seja lembrado o que um dia aconteceu. Por outro lado, Tzvetan Todorov alerta, no entanto, para ângulos negativos e perigosos nesse movimento de perpetuação das lembranças de geração para geração, ou mesmo na relação de um indivíduo com seu passado, quando o lembrar torna-se um dever, uma obrigação imposta para que algo doloroso não seja esquecido.

Constituem usos excessivos, indevidos, portanto, *abusos de memória*, as práticas que colocam o dever acima de tudo, e no sentido de obrigação que lhe é devido, perpetuam o ato de lembrar sempre e constantemente. Aprisionada a um passado que ela busca no presente legitimar, a memória, na perspectiva de Todorov, torna-se um culto, uma obsessão cultivadora da continuidade do passado no presente<sup>11</sup>. De forma, as dicotomias como *algoz e vítima, torturador e torturado*, serão reproduzidas e perpetuadas, conceituadas no plano individual e coletivamente.

Em casos como os de regimes totalitários, Todorov observa nas muitas ocorrências de abusos de memória, além da transmissão geracional de uma experiência, a transmissão do sentido atribuído no passado. As novas gerações são convidadas a eternizarem o processo de vitimização, mas também porque são vítimas em potencial. A mesma memória capaz de envolver um sujeito como parte de uma experiência não vivida é capaz de provocar nele a sensação de ter sido vítima de algo que não lhe foi causado. *Ninguém quer ser vítima, não tem nada de agradável; em contrapartida todos querem ter sido; eles aspiram o estatuto de vítima*<sup>12</sup>.

Abordar a memória da dor e do sofrimento é difícil não somente pela pesada carga emocional que ela suporta e carrega, mas também porque está em jogo penetrar num ambiente farpado, cuidadosamente vigiado por aqueles que dele se sentem seus representantes fiéis e legítimos. *Não seria apenas o dever de manter vivo o passado, mas, fundamentalmente, a idéia de que um reconhecimento é devido àqueles que sofreram*<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> TODOROV, T., *Les abus de la mémoire*. p. 51.

<sup>12</sup> Idem. *O homem desenraizado*. p. 225.

<sup>13</sup> HEYMANN, L. Q., O 'devoir de mémoire' na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. p. 15.

Processos dolorosos e, entre eles, aqueles ligados ao impacto dos regimes ditatoriais nas vidas individuais e familiares podem postular uma memória oficial que reúna e sintetize todos os aspectos possíveis de uma experiência, o que pode eventualmente impedir a produção de outras possibilidades de interpretação. Entende-se que ali reside a exemplaridade da dor e do sofrimento, e questionar esse universo é, para muitos, insultar sua memória. As memórias de filhos de militantes são indicativas do cuidado da geração mais nova ao se aproximar dessa memória de violência, correspondente das vivências de uma outra geração. Ainda que sejam parte de um universo familiar, portanto muito próximo, as cautelas eram claras e barreiras foram impostas por ambos os lados. Em parte, esse cuidado refere-se ao respeito que os novos, teoricamente, devem aos mais velhos. No entanto, há também uma atribuição de respeito a seus pais, não por serem seus pais somente, mas porque devem ser reconhecidos pela injustiça que lhes fora causada. Um reconhecimento que cabe aos filhos, individualmente, e a todos coletivamente. O reconhecimento aqui é, portanto, público e também privado.

A memória se relaciona com a noção de justiça mediante as imbricações entre o lembrar e o esquecer. Reconhecer o sofrimento de outros relacionado a injustiças humanas e sociais é responsabilidade de todos, mesmo daqueles que não tiveram uma interferência ou uma responsabilidade diretas no que possa estar em pauta, certo que *não ter culpa, não significa não ter responsabilidade*<sup>14</sup>.

Uma vez dado um passo para fora da dimensão individual e privada do que é lembrado, a memória individual é revestida por uma dimensão coletiva, e inicia um percurso em direção a outras instâncias de reconhecimento. Abre-se então um cenário diferente, onde estão inscritas outras regras. O deslocamento da memória para uma nova dimensão implica enfrentar a questão sobre as possíveis funções sociais que ela pode desempenhar e algumas delas se inscrevem na frágil linha divisória entre os que lutam por justiça e os que reivindicam vingança.

Aquele que não faz parte do grupo, como o pesquisador, é um elemento externo, e nem sempre a ele é confiada a permissão para entrar. Torna-se um *abuso do dever de memória* quando a memória de um grupo, segundo a visão que esse grupo tem de si mesmo, não encontra uma finalidade fora dela mesma<sup>15</sup>. Negam-se acessos

---

<sup>14</sup> AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). op. cit. p. 117.

<sup>15</sup> HEYMANN, L. Q., op. cit. p. 15.

para o questionamento dessas memórias pelo caráter exemplar e oficial que elas assumem. A noção abusiva de um *dever de memória* pode ser compreendida, de acordo com Giovanni Levi, como *une obstruction: qui empêche l'intuition de phénomènes inconnus: un excès de mémoire est aussi un excès de conformisme, une saturation que fait obstacle au jugement et à la critique*<sup>16</sup>.

As reivindicações abusivas em nome da memória, por seu caráter de excessivo culto ao passado, em última análise representam o que Henry Rousso define como *le passé qui ne passe pas*<sup>17</sup>. Esse é o passado e a memória de quem não permite esquecer, do sempre ressentido no seu estado constante de lembrar o passado. Incapazes como somos de lembrar tudo, o esquecimento é a outra face da moeda, a faculdade que compõe a memória tanto quanto o exercício do lembrar. Mas para quem não consegue, e não quer esquecer, a memória se torna uma faculdade aprisionadora. Uma existência presa às amarras do passado, para Friedrich Nietzsche<sup>18</sup>, se torna a impossibilidade do homem de viver no presente. Por isso, traça o perfil do ressentido como um sujeito que se alimenta de sua própria condição de nunca esquecer o dano que lhe causaram. Vive no reflexo do outro que sustenta a sua condição de vítima eterna e não pode superar pois assim livraria o outro da culpa da qual ele se alimenta.

Apesar de sutis, existem diferenças fundamentais entre não querer lembrar, não ser possível lembrar, e saber esquecer. A maneira como cada uma dessas possibilidades se associa à memória individual ou coletiva resultará tipos diferentes de esquecimentos. Para Paul Ricoeur, um deles positivo e outro negativo. Esquecimentos negativos são, para o autor, aqueles que implicam em tentativas de apagamento de rastros, ou na persistência excessiva desses mesmos rastros. Na primeira hipótese, dificultam ou impedem o acesso à memória, enquanto que na segunda hipótese causam uma perturbadora obsessão pelo passado. Esquecimentos positivos são os que indicam superações e ultrapassagens, sejam de traumas individuais ou de feridas abertas coletivas, o que não sugere de forma alguma o apagamento do que deve ser lembrado<sup>19</sup>. Pois, se é verdade que lembrar é um dever,

---

<sup>16</sup> LEVI, G., *Le passé lointain*. p. 31.

<sup>17</sup> ROUSSO, H., *Le Syndrome de Vichy, de 1994 à nous jour*. p. 420.

<sup>18</sup> NIEZTSCHÉ, F., *Genealogia da moral - uma polêmica*. Ver a primeira dissertação.

<sup>19</sup> RICOEUR, P., *A memória, a história, o esquecimento*. Ver “O esquecimento” Pp. 423-459.

esquecer não significa necessariamente apagar o que não deve ser esquecido. A superação das *feridas abertas* do passado também pode ser um direito.

Os muitos usos, por vezes abusos, da memória chamaram a atenção de Henry Rousso, especialmente na sua emergência no final do século passado, pelo que denomina de *história de feridas abertas*, percebidas pelo autor nas *manifestações coletivas da memória referentes ao contexto um pouco confuso da perda de referências dos anos 80 e 90*<sup>20</sup>. Na época, a memória teria sido chamada pela história, a fim de dar conta dos novos temas que entravam em cena com o fim do mundo bipolar. O objetivo principal era compreender a memória de um acontecimento notável<sup>21</sup>, tal como foi considerada a desintegração da União Soviética.

Esse final de século, que Henry Rousso considerou *confuso*, para Giovanni Levi representou um desafio no trabalho com a história. Uma vez desestruturado o bloco soviético, a historiografia viu-se diante de uma complicada contradição entre operar com um campo repleto de dúvidas e incertezas e, ao mesmo tempo, suprir uma demanda excessiva por esclarecimentos lógicos<sup>22</sup>. Diante do historiador estavam acontecimentos inauguradores<sup>23</sup>, e a ele foi dada a função de explicar, afinal, o que acontecia e ainda o que estava por vir. A história começava a se modificar, pressionada pela velocidade acelerada do novo tempo de um novo mundo, sem estruturas compatíveis para adaptar-se tão rapidamente a uma nova logística. A história que sempre foi para Giovanni Levi *une arme politique utilisée pour donner sens au monde du passé selon une logique du présent, a brusquement perdu des certitudes*<sup>24</sup>. O autor, que investiga usos políticos da história na contemporaneidade, percebeu a utilização da memória pela história à serventia de pesquisas de comprovação histórica. Usos, portanto, *abusos da memória* sem método e sem critério<sup>25</sup>.

Utilizava-se da memória para usos políticos da história, que vistos sob outra perspectiva, evocam a reflexão sobre *os usos políticos do passado*.

“Cette réflexion sur les usages politiques de l’histoire part de trois considérations. La première, évidente, est l’attention que les chercheurs, mais aussi l’opinion publique, ont prêtée, ces dernières années, aux manipulations de l’histoire contemporaine et à

<sup>20</sup> AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). op. cit. Pp. 96-97.

<sup>21</sup> Ibid. p. 97.

<sup>22</sup> LEVI, G., Le passé lointain. Pp. 26-27.

<sup>23</sup> SIRINELLI, J-F., A geração. p. 132

<sup>24</sup> LEVI, G., op. cit. Pp. 25-26.

<sup>25</sup> Ibid. p. 28.

son usage, aux fins de propagande, comme dans les interprétations simplificatrices des médias. Il en est résulté une série de prises de position – au milieu de beaucoup de confusion –, qui ont focalisé l'attention sur des problèmes idéologiques et politiques, favorisant la reprise de la discussion sur le rôle de la mémoire<sup>26</sup>.

As justificativas dadas pela historiografia ao se utilizar da memória para romper silêncios e preencher lacunas não convenceram Levi. A tentativa de, através da memória, exorcizar passados que apresentam as tais *feridas abertas*, perpetuavam esquecimento e fragmentações, uma vez que os resultados utilizados pela historiografia eram utilizados sem a fundamentação teórica que lhes cabe. Romper silêncios através da fala, através de depoimentos memorialísticos não significa a mesma operação de romper silêncios históricos que, de acordo com Levi, são os que devemos almejar<sup>27</sup>. Refere-se, neste sentido, ao resultado pouco produtivo de pesquisas que utilizam a memória deslocada do território de investigação social do qual a história faz parte. Como resultado, o que se encontra são reproduções fragmentadas e análises que postulam uma continuidade do passado no presente<sup>28</sup>. Por fim, e mais importante, não são constituídas propostas de um pensamento crítico, e contestador.

Memórias de *feridas abertas*, originadas a partir de experiências limite, são respectivas deste núcleo sensível, onde misturam-se o incompreensível e o inexplicável pela força do sofrimento que exprimem. Memórias, portanto, que assumem uma dimensão muito além daquela de somente lembrar o ocorrido, mas despertam questões históricas, filosóficas, políticas e, acima de tudo, questões humanas acerca de sua natureza. Fomentam, igualmente, reflexões sobre seu papel social como sinais de alerta que apontam na direção de que não ocorram nunca mais os acontecimentos que elas não deixam cair no esquecimento. Assim sendo, é importante pensar de que maneira memórias de sofrimentos do passado podem contribuir para negociações com o presente.

Um dos objetivos dessa pesquisa é investigar as possibilidades de continuidade nesse processo, para além da noção de dever. A relação da geração de filhos de militantes com o *dever de memória*, indica algumas possibilidades sobre como memórias como essas, de dor e sofrimento, podem ser trabalhadas. Torna-se,

---

<sup>26</sup> HARTOG, F. et REVEL, J., *Les usages politiques du passé*. p. 7.

<sup>27</sup> LEVI, G., op. cit. p. 31.

<sup>28</sup> Ibid. Pp. 32-33.

portanto, objeto de investigação como se relaciona uma geração, que não teve a experiência de uma situação limite, com memórias respectivas dessas vivências. O vínculo de parentesco permite uma investigação a respeito dessa relação de forma mais evidente, o que não exclui a reflexão sobre apropriações coletivas de tais memórias para além do ambiente privado familiar. Afinal, se a responsabilidade é de todos, apesar dos *abusos* e das tentativas de controle sobre a memória, as dimensões coletiva e social que ela comporta perpassam os grupos, os indivíduos e as instituições.

## 2.2 Trabalho de memória: aprender a esquecer e saber lembrar

A noção de *trabalho de memória* foi utilizada por alguns autores como chave de leitura para compreender certas dimensões e apropriações da memória na contemporaneidade. A abordagem de Michael Pollak<sup>29</sup> estabelece a relação entre trabalho de memória e esquecimento, compreendidos esses dois termos no mesmo universo de memórias traumáticas e sofridas abordado anteriormente. Pollak associa, nesses casos, memória e esquecimento a partir de um movimento contínuo, quando se torna impossível esquecer um forte trauma, mas lembrá-lo é ao mesmo tempo terrível. As memórias que se consolidam a partir de experiências traumáticas que, muitas vezes, não conseguem ser esquecidas e, ao mesmo tempo, implicam em lembranças insuportáveis. Os que trazem em si essas memórias encontram-se aprisionados em um impasse entre os muros intransponíveis da impossibilidade de expressão verbal do que se lembra e a incapacidade de esquecer o horror vivido.

Uma das saídas para esse impasse, de acordo com Pollak, é a preservação da memória resguardada no silêncio. Antes de tudo, trata-se de não confundir esse específico silenciar da memória com um esquecimento, mas entender que existe a possibilidade de preservação de memórias que, em um dado momento, não podem ser traduzidas em palavras.

Existem casos em que o silêncio fala e muito tem a dizer, mas para entender o que ele tem a falar é preciso lhe fazer perguntas. Silêncios em entrevistas são sempre momentos delicados, revestidos de sutilezas e exigentes da sensibilidade do pesquisador. Ele pode se apresentar no meio de uma fala, se o depoente de repente se

---

<sup>29</sup> POLLAK, M., Memória e identidade social.



cala, pode vir na forma de um choro, de risos envergonhados, ou anteriormente à entrevista propriamente dita, com demonstrações de resistência ao encontro, ou no esclarecimento de que “certos temas não quero falar”<sup>30</sup>. No caso desta pesquisa, o tema da tortura se mostrou o mais resistente à fala, mas não foi o único. Houve dois casos bem expressivos que exigiram da pesquisadora exercitar a paciência, e a persistência para, enfim, obter as desejadas entrevistas.

O mais curioso foi, inclusive, abordado no capítulo anterior, já que o próprio marido da pesquisadora fugia de todas as formas, e com esfarrapadas desculpas, até ser pego numa armadilha. Diante de sua pouca timidez para outros assuntos e o modo como adora conversar sobre qualquer coisa, com muita surpresa foi recebida essa forte resistência em conceder uma entrevista. No caso de Fernando, a relação com a história de militância da mãe implica a narrativa da memória a partir de outros, uma vez que ele não a conheceu, falecida por complicações do seu parto. Apesar dessa morte nunca ter sido um silêncio familiar, e Fernando não demonstra vergonha alguma ao contar tal dado, há uma diferença significativa em afirmar como sua mãe morreu e falar sobre ela.

A entrevista com Luis já havia sido descartada, pois sua opinião a respeito do encontro foi colocada desde o início, de maneira muito honesta. Não queria e não gostava de falar “desses assuntos”<sup>31</sup>. Pareceu importante, de todo modo, explicar a intenção da pesquisa em não procurar as memórias de uma geração para atingir as de outra. As histórias e memórias sobre a militância dos pais faziam parte das pretensões do estudo, mas não se afirmavam como o principal objetivo. Sem que eu pedisse, houve intervenção de terceiros, solidários à minha “causa” e amigos mais próximos de Luis. Ele, então, cedeu.

As informações que Fernando obteve sobre a militância da mãe foram contadas pela madrasta, quando assistiam juntos a minissérie “Anos Rebeldes”. Já ouvira casos a respeito, mas começou a entender melhor o que havia representado sua mãe pegar o carro do pai e utilizá-lo para uma “ação revolucionária” de sequestro à banco. O avô lhe explicara que, se não fosse um amigo militar, provavelmente sua mãe não teria escapado da prisão, pois foi esse sujeito que queimou sua ficha policial

---

<sup>30</sup> Entrevista de “Nina”. Depoimento concedido em 19 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>31</sup> Ibid.

dos arquivos do exército. Ela foi passar um tempo em São Paulo até a “poeira baixar por aqui”.

Os olhos de Fernando ganhavam brilho especial quando carinhosamente se referia à mãe como “comuna”, e demonstrava orgulho ao definir a família materna como comunista e brizolista. Refere-se aos avós assim: “Meu avô era do partido, e minha avó sempre ‘foi Brizola’”<sup>32</sup>.

O esperado encontro com Luis aconteceu no seu apartamento, no bairro de Laranjeiras, num dia ensolarado de abril. Cheguei mais cedo e percebi que ele não estava pronto. Arrependi-me de ter cometido um erro logo de saída. Rapidamente e com muita simpatia, como quem percebe que a visita ficou sem graça, ele arrumava a casa, me deixando mais a vontade. Fazia brincadeira sobre apartamentos de homens que vivem com amigos, zombando de si mesmo e da bagunça não aparente. Começamos a entrevista, não sem que antes Luis fizesse algumas perguntas questões sobre a pesquisa. Achei que deveria mostrar confiança naquele momento, e receio ter falado demais. Ele ria, e parecia perceber que eu estava nervosa, temerosa por uma desistência.

A princípio começamos a conversar na sala, mas Luis propôs nos transferirmos para o quarto, para termos mais “privacidade”. O amigo com quem divide o apartamento estava em casa com a namorada. Continuamos. Quando me vi satisfeita com o final do nosso encontro, para minha surpresa, Luis não estava. Interrompeu meus movimentos, que demonstravam meu início de retirada, e perguntou: “Acabou?”. Respondi, um pouco envergonhada, que sim, mas sabia que ele estava decepcionado. “Você não vai me perguntar do meu pai, do meu avô. Esses são os casos mais legais!”. Achei estranho que ele quisesse falar sobre tais “casos”, quando havia apresentado que justamente por causa deles a entrevista não iria acontecer. Rapidamente, coloquei uma nova fita no gravador e reiniciamos a conversa. Parecia estar à vontade, solto e com muita vontade de narrar as memórias da família e seu histórico de militância. Acabou por ser umas das sessões mais longas.

Quando realmente chegávamos ao fim do nosso encontro, Luis sentiu necessidade de explicar porque não havia aceitado, num primeiro momento, conceder a entrevista.

---

<sup>32</sup> Entrevista de “Fernando”. Depoimento concedido em 10 de maio de 2011 no Rio de Janeiro.

“Sabe o que é? Acho que sempre quando esse tema surge, fico um pouco irritado com a reação das pessoas. Fiquei com medo de sentir isso com você. Nunca tive vergonha de dizer que meu pai foi torturado, mas é dose ouvir que no Brasil não foi bem assim, não foram tantos casos de tortura. E daí se foram cem, mil ou um? Não basta?! Ouvi isso muitas vezes, e de pessoas que julgava bastante esclarecidas [cita nomes de amigos em voz baixa]. Entendo que não haja muita informação sobre o assunto, mas isso não é desculpa”<sup>33</sup>

Para tudo isso, existe um trabalho a ser feito por, ao menos, dois sujeitos, no caso de pesquisas que utilizam entrevistas orais como base documental. Um é o depoente que tem dificuldade em lembrar, ou lembra mas não quer traduzir as memórias em palavras. Também é possível não serem encontradas as palavras para dizer o que lembra, mas que não consegue esquecer. O outro é o pesquisador que utiliza fontes orais, que pretende se apropriar dessa memória silenciada. Pollak resume e aproxima esses trabalhos em uma mesma equação o que nos dois casos, mesmo com resultados diferentes, significa *transformar o indizível em dizível*<sup>34</sup>. Nina foi uma das entrevistadas que impôs, a priori, uma barreira, e a tortura era um tabu no nosso encontro. A censura dada ao tema foi o suficiente para atizar minha curiosidade e não podia deixar de investigar o porque desta reserva em relação ao assunto.

No dia do encontro, recebi uma mensagem por celular perguntando se poderíamos nos encontrar em outro horário, um pouco mais tarde do que o combinado. Respondi positivamente e satisfeita pensando que o trânsito estaria melhor. Cheguei mais cedo e me lembrei que não sabia como ela era. Marcamos na Livraria da Travessa e não na sua casa, ou na minha, o que dificultava identificá-la em meio a tantos presentes. Resolvi mandar uma mensagem de texto informando que estava no restaurante, de camisa vermelha, na parte dos fundos. Achei a informação vaga, mas enviei mesmo assim. A resposta dela chegou rapidamente, com um breve e objetivo “ok”. Nina chegou no horário correto, o que me fez apreciar sua pontualidade e a sensibilidade de ter mudado o horário do encontro. Provavelmente, se não o tivesse feito, eu teria esperado bastante.

A entrevista correu bem e o tempo parecia se esgotar sem a presença do tema proibido. Tentei comer pelas beiradas, mas ela estava atenta, reflexiva e ponderava bem suas respostas. Perguntei como ela percebia o tema da militância tratado hoje, questão que compunha uma das minhas hipóteses de trabalho a respeito do

---

<sup>33</sup> Entrevista de “Luis”. Depoimento concedido em 6 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>34</sup> POLLAK, M., *La gestion de l'indicible*.

ressentimento e do *dever de memória*. Nesse momento, o tom da conversa mudou e ela demonstrou um conhecimento raro a respeito de discussões sobre abertura de arquivos, julgamentos de ex-torturadores, e citava autores teóricos, especialistas sobre o assunto. O silêncio fora rompido.

“Veja o caso do Brasil em relação a outros países, até mesmo os Latino-americanos. Caramba! [sic] Será que ainda vamos ficar nessa lenga lenga [sic] até sei lá quando?! Você viu o filme ‘A vida dos outros’? Lembra quando o escritor vai até os arquivos e encontra toda documentação sobre ele, disponível, sem que fosse preciso ordem judicial, nem mandado? Isso logo após a queda do Muro. O Brasil se mostra vergonhoso em assumir suas vergonhas históricas quando países, como a Alemanha, mostram ao mundo os horrores institucionais de seus regimes. Se eu tivesse sido torturada, como pessoas que conheço, acho que seria mais horrível não assumirem o que fizeram comigo, do que a tortura em si. Claro que estou exagerando, mas é quase um insulto maior estraçalharem um ser humano, e depois ele ter que se calar, ou falar e ninguém ouvir”<sup>35</sup>.

Nina não precisou dizer se alguém na sua família havia sido torturado, pois não parecia importar. A tortura existiu, existe, e “isso é abominável”. Bastava esse dado para que houvesse repúdio a essas práticas e, para ela, não parecia mais ou menos importante se havia relação pessoal com o tema ou não. A responsabilidade é de todos. Permaneceu um mistério porque tivera sido tão enfática na barragem de um tema, do qual falava com tanta propriedade e desenvoltura. Certo que não levou a questão para alçadas mais pessoais, o que não parecia impedir que essas reflexões estivessem presentes.

Na pesquisa com fontes orais, romper silêncios representa desconstruir e interpretar depoimentos e entrevistas e perguntar para o indizível o que ele quer dizer. Para o indivíduo que lembra com dificuldade, é possível tentar por em palavras uma memória que é dolorosa na lembrança, mas também sofrida por não ser esquecida. Nesse trabalho de transformação do indizível em dizível procura-se uma ultrapassagem do sofrimento, daquilo que é doloroso lembrar e marcante demais para ser esquecido.

O intuito da pesquisa que resulta nessa tese de doutorado, tal como o objetivo do trabalho de memória em situações traumáticas analisado por Pollak, é todo o contrário de uma tentativa de ocultamento de memória pois, ao contrário, busca-se identificar por que caminhos experiências comuns vividas em famílias de militantes políticos da época da ditadura militar condicionam, de formas muito diferentes, a cultura política de uma geração. Nele, no entanto, também na esteira de Pollak, é dada

---

<sup>35</sup> Entrevista de “Nina”. Depoimento concedido em 19 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

a chance para um esquecimento positivo tanto quanto para a positivação de lembranças, por vezes, dolorosas.

*Transformar o indizível em dizível* para Paul Ricoeur, parece cumprir uma etapa significativa das muitas que constituem o trabalho de memória. Algumas delas são individuais, outras coletivas e outras ainda simultaneamente individuais e coletivas. Além de romper silêncios e identificar esquecimentos positivos como os sugeridos nas contribuições de Pollak, o trabalho de memória para Ricoeur consiste principalmente, para além dos traumas, em elaborar as *perdas* que podem ser da ordem do coletivo ou do individual.

Em Ricoeur, o *trabalho* começa com a memória *impedida*<sup>36</sup> e são perseguidos os caminhos para desimpedi-la, enunciá-la *em sua forma verbal*. O resultado alcançado de um trabalho bem sucedido não é somente o rompimento do silêncio da memória, mas também o fim do ciclo repetitivo e obsessivo do qual a lembrança era prisioneira:

“É em relação com essa noção de trabalho, enunciada em sua forma verbal, que se torna possível falar da própria lembrança, assim liberada, como de um trabalho, o ‘trabalho de rememoração’. Assim, trabalho é a palavra repetida várias vezes, e simetricamente oposta à compulsão: trabalho de rememoração contra compulsão de repetição, assim se poderia resumir o tema desse precioso pequeno ensaio”<sup>37</sup>.

Situados em uma perspectiva diversa daquela do universo psicanalítico, interessam aos historiadores *as transposições possíveis do plano privado da relação analítica para o plano público da memória coletiva e da história*<sup>38</sup>. Para isso, é útil relacionar a síntese de Ricoeur expressa na equação *trabalho de rememoração contra a compulsão de repetição*, com as formulações de Jeanne Marie Gagnebin, que estabelece a diferença entre a *atenção precisa ao presente* na primeira operação, em oposição à *obsessão do passado*, sugerida na segunda.

De maneira precisamente contrária à *atenção ao presente* está a *compulsão de repetição*, remetida a um passado que não se deixa ultrapassar, mantido vivo no presente, contemplado passivamente através de lembranças melancólicas. Já a rememoração, de acordo com Gagnebin,

“(…) implica uma certa ascese da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito

<sup>36</sup> RICOEUR, P., op. cit p. 83.

<sup>37</sup> Ibid. p. 85.

<sup>38</sup> Ibid. p. 85.

nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente”<sup>39</sup>.

Na repetição compulsiva da lembrança não há trabalho com a perda, pois nada se perde, uma vez que nada pode ser esquecido. *A lembrança*, completa Ricoeur, *não se refere apenas ao tempo: ela também requer tempo – um tempo de luto*<sup>40</sup>. É na qualidade de um *trabalho de luto* que o trabalho de memória das perdas é contemplado por Ricoeur, e nele, em lugar da repetição de um passado que não se pode ter mais, pratica-se um *trabalho de lembrança* em torno do que se perdeu. A perda não é um fim em si mesma, mas o início da aceitação e da renúncia daquilo que se perdeu e que é difícil esquecer. No final do *trabalho de luto* faz-se possível uma reconciliação com a memória do que foi perdido, o que para Ricoeur se traduz pela imagem poética de uma *memória feliz*<sup>41</sup>.

A primeira etapa de trabalho com a *memória impedida* conclui-se quando é possível alcançar sua forma desimpedida, desarraigada da repetição. A memória está livre. *Uma vez que se torna possível falar da própria lembrança*<sup>42</sup>, o *trabalho de memória* ganha novas atribuições, aquele no qual a memória, que a princípio se encontrava referida ao domínio do individual, através da sua tradução em palavras ganha a possibilidade de se conectar com o mundo exterior ao indivíduo.

Na dimensão coletiva do *trabalho de memória*, de acordo com Ricoeur, estão em jogo operações coletivas do *trabalho de luto*. As complexas nuances das perdas coletivas são chamadas para dentro da discussão sobre as manifestações públicas da memória, *ilustradas pelas grandes celebrações funerárias em torno das quais um povo inteiro se reúne*<sup>43</sup>. Essas celebrações são percebidas por Jeanne Marie Gagnebin como formas de comemorações do passado que *deslizam perigosamente para o religioso, ou então, para as celebrações do Estado, com paradas e bandeiras*<sup>44</sup>.

---

<sup>39</sup> GAGNEBIN, J. M., *Lembrar. Escrever. Esquecer*. p. 55. (grifo da autora).

<sup>40</sup> RICOEUR, P., op. cit. p. 87.

<sup>41</sup> Ibid. p. 91.

<sup>42</sup> RICOEUR, P., op. cit. p. 83.

<sup>43</sup> Ibid. p. 92.

<sup>44</sup> GAGNEBIN, J. M., op. cit. p. 55.

Manifestações como essas reúnem os indivíduos no mesmo patamar diante daquilo que é considerado memorável. Ao lado dos que celebram estão os execrados; junto aos que lembram, estão os que querem esquecer.

A noção de *abuso de memória* desenvolvida por Todorov atenta justamente para esses casos em que a memória é forçada ao todo por parte de alguns. São manifestações abusivas pelo seu caráter imperativo, forçadoras da prática do exercício da memória, enquanto um *dever de memória* do qual todos são compulsoriamente obrigados a lembrar do mesmo modo, não importando se aquilo que é desejado por uns é, ao mesmo tempo, evitado por outros<sup>45</sup>. Os excessos de memória são multiplicados por, supostamente, dizerem respeito a um todo complexo e reproduz-se em larga escala o efeito nocivo da compulsão de repetição que, dada a sua incapacidade de operar com perdas, impede que o *trabalho de lembrança* se torne em última análise um *trabalho coletivo de luto*. A *memória desimpedida*, antes livre, pode passar a ser *manipulada*<sup>46</sup>. Manipulada e disputada.

Nesses casos, as feridas ainda abertas são expostas por vezes de forma imperativa e abusiva e lhes é atribuída uma dimensão coletiva, de pretensões institucionais, revestida de um caráter oficial como se fossem um símbolo nacional de identificação comum.

“Nous devons pourtant maintenir vivante la mémoire du passé: non pour être alertés sur des situations nouvelles et pourtant analogues. Le racisme, la xénophobie, l’exclusion qui frappent les autres aujourd’hui ne sont pas identiques à ceux d’il y a cinquante, cent ou deux cents ans ; nous ne devons pas moins, au nom de ce passé, précisément, agir sur le présent. Aujourd’hui même, la mémoire de la Seconde Guerre mondiale est vivante en Europe, entretenue par d’innombrables commémorations, publications et émissions de radio ou de télévision ; mais la répétition rituelle du ‘il ne faut pas oublier’ n’a aucune incidence visible sur le processus de purification ethnique, de tortures et d’exécutions massives que ne produisent pendant le même temps, à l’intérieur même de l’Europe”<sup>47</sup>.

As perigosas nuances religiosas e estatais que Gagnebin percebe nesses rituais públicos de memória podem abrir espaço, como indica Luciana Heymann, para *uma santificação da memória eliminando qualquer possibilidade de discussão sobre os temas históricos que estão em sua origem e as formas de sua expressão*<sup>48</sup>. *Sacraliser la mémoire*, percebeu Todorov, *est une autre manière de la rendre stérile*<sup>49</sup>. Uma

<sup>45</sup> RICOEUR, P., op.cit. p. 92.

<sup>46</sup> Ibid. p. 93.

<sup>47</sup> TODOROV, T., op. cit. Pp. 60-61.

<sup>48</sup> HEYMANN, L. Q., op. cit.

<sup>49</sup> TODOROV, T., op. cit. p. 33.

memória sacralizada é uma memória de impossível apreensão, seja pela história ou por qualquer outro campo que tente dela se apropriar e, por isso, é necessário igualmente atentar para os abusos que tentam cristalizar a memória no tempo e no espaço. A memória antes livre, agora manipulada, torna-se por fim uma obrigação.

O *dever de memória* é compreendido por Ricoeur em dois níveis. Na dimensão individual, esse dever pode ser positivo enquanto uma tarefa importante para os que precisam praticar o exercício da memória a fim de desimpedi-la e libertá-la. No âmbito coletivo, o elemento imperativo do dever de memória está em oposição à ideia de *trabalho*, tanto de *memória* quanto de *luto*. *Mais exatamente, o que falta ainda, para Ricoeur, é o duplo aspecto do dever, como se impondo de fora ao desejo e exercendo uma coerção sentida subjetivamente como obrigação*<sup>50</sup>. O caráter obrigatório da memória transforma, na leitura de Ricoeur, o dever de memória em dever de fazer justiça.

Ao diferenciar a luta por justiça da busca por vingança, a cultura política da geração estudada não parece estar tão distante das postulações deste autor. A justiça vista como um dever assume o mesmo perfil negativo da memória considerada como uma obrigação, pois a justiça, nos lembra Ricoeur, *é sempre feita para outrem*<sup>51</sup>, e se isso é verdade, a memória é, nesse caso, usada para ser porta-voz da demanda de justiça das vítimas. *É nessa captação da palavra muda das vítimas que faz o uso se transformar em abuso*<sup>52</sup>, quando o fazer justiça exprime o senso de reparação através de revanchismos vingativos, tal como percebido por Todorov.

Os filhos de militantes que tiveram pais vítimas de torturas expressam a devida atenção ao tema, em parte porque ao seu redor estão exemplos muito próximos. No entanto, não compreendem que sejam casos isolados, pois o pai ou a mãe foram torturados, mas também uma cidadã, um indivíduo, vítimas de uma injustiça que “até hoje acontece em outra escala”<sup>53</sup>. Basta um torturado para que a sociedade toda seja vítima da tortura.

A memória obrigada, tal como a memória manipulada define-se por uma obsessão pelo passado na *obsessão comemorativa*<sup>54</sup> contemporânea, indicadora de uma *necessidade de memória*, problematizada por Pierre Nora a respeito dos *lugares*

<sup>50</sup> RICOEUR, P., op. cit. p. 101.

<sup>51</sup> Ibid. p.101.

<sup>52</sup> Ibid. p. 102.

<sup>53</sup> Entrevista de “Nina”. Depoimento concedido em 19 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>54</sup> RICOEUR, P., op. cit. p. 103.



*de memória*<sup>55</sup>. É na percepção da memória enquanto uma necessidade que é possível entender a ideia de uma ação não natural do lembrar, que se aproxima de um dever, de uma obrigação de fazer memória.

Por isso, para Nora os lugares de memória

“Vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”<sup>56</sup>.

Na contemporaneidade parece ser suficiente lembrar, somente, deixando de lado que *devemos lembrar o passado sim, mas não lembrar por lembrar*<sup>57</sup>. O excesso de memória confunde-se com uma percepção equivocada de que mais informação é mais conhecimento. Para Nora, a necessidade em produzir memória origina os *lugares de memória* enquanto grandes armazéns de conhecimentos, que assumem a *função de parar o tempo, impedir o esquecimento, fixar o estado das coisas*<sup>58</sup>. A memória não é nem mais santificada ou imaculada, pois no seu estágio congelado de preservação ela se transforma em uma dada versão da história.

Na história do tempo presente, os vários memoriais referidos ao passado recente, a memorialística de militantes, os eventos comemorativos ou as releituras das fortes experiências vividas pelos militantes que lutaram contra as ditaduras podem ser pensados como *lugares de memória* dessa luta. Cabe refletir à luz da interrogação de Hartog e Revel sobre qual o lugar da memória nos usos políticos do passado – mesmo recente - na contemporaneidade e de que modos esses usos do passado influenciam a cultura e as práticas políticas da geração dos filhos desses militantes.

Discussões acerca dos domínios e das propriedades da memória são importantes, para Jeanne Marie Gagnebin, pois provocam discussões sobre como seus usos e *abusos* podem incidir na construção do presente.

“A aproximação operada por Ricoeur entre trabalho de elaboração, que permite sair da repetição, e o trabalho de luto, que possibilita uma nova ancoragem na vida, sugere que haja muitas afinidades entre a compleição melancólica e a ‘obsessão comemorativa’ que descreve Pierre Nora, obsessão denunciada por Todorov (...) Uma obsessão que também pode reinstalar, infinitamente, os sujeitos sociais no círculo da culpabilidade, da auto-acusação e da auto-justificação, que permite, em suma, permanecer no passado em vez de ter a coragem de ousar enfrentar o presente”<sup>59</sup>.

<sup>55</sup> NORA, P., Entre memória e história. A problemática dos lugares.

<sup>56</sup> Ibid. p. 13.

<sup>57</sup> GAGBENIN, J. M., op. cit. p. 103.

<sup>58</sup> NORA, P., op. cit. p. 12.

<sup>59</sup> GAGBENIN, J. M., op. cit. p.105.

Gagnebin defende, portanto, um *lembrar ativo: um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento – do passado e, também, do presente*<sup>60</sup>. Esse lembrar ativo se opõe ao resgate passivo da memória, inscrito no terreno do culto ao passado. Lembrar ativamente torna possível o trabalho de memória que, na perspectiva da autora, comporta o mesmo sentido libertador que sustenta Ricoeur, entendido na forma de uma memória esclarecida, ou esclarecedora. A busca por esclarecimentos e os diálogos estabelecidos com o presente são as formas de contribuição mais importantes que a memória pode oferecer.

O ressentimento que, para Nietzsche, é a mais perfeita tradução da impossibilidade do esquecimento, não está distante de uma *memória impedida*, enferma, como a classifica Ricoeur. O ressentimento corresponde, para Albert Camus, a uma doença, *uma auto-intoxicação*<sup>61</sup> que aprisiona o homem ao passado, ao *círculo da culpabilidade, da auto-acusação e da auto-justificação*<sup>62</sup>. A culpa, o sentimento de dívida eterna, estão na raiz do ressentimento, que neles se desenvolve e se nutre. A falta de “*coragem de ousar enfrentar o presente*” faz da memória uma prisão e do homem o seu prisioneiro. O ressentimento é, portanto, uma armadilha, um rodaminho da memória, que limita o homem na escolha de suas ações.

No fim, é importante aprender a esquecer para que seja possível lembrar. Em Ricoeur, a diferença primordial entre o *trabalho de luto* e o *dever de memória* está no sentido de obrigação e não de elaboração que um dever comporta. A noção isolada de um dever de memória opera com o lembrar somente pelo ato de lembrar e não leva consigo uma preocupação sobre o que fazer com a memória e como trabalhá-la no presente.

### 2.3 Memória coletiva e memória individual

A respeito das duas possíveis dimensões da memória, coletiva e individual, com Maurice Halbwachs encontramos a percepção de ser toda memória coletiva, uma vez considerado que qualquer memória individual está inscrita dentro de quadros

---

<sup>60</sup> GAGBENIN, J. M., op. cit. p. 105.

<sup>61</sup> CAMUS, A., *O homem revoltado*. Pp. 29-30.

<sup>62</sup> NIEZTSCHKE, F., op. cit. p. 53.

sociais. Para Henry Rousso a afirmação de Halbwachs equivale à afirmar que *toda memória individual é coletiva*<sup>63</sup>.

Há uma dimensão coletiva na memória no próprio ato de lembrar, compreendido por Halbwachs como um processo que envolve, ao menos, dois sujeitos. Nas palavras de Ricoeur, *para se lembrar, precisa-se de outros*, uma vez que *nunca nos lembramos sozinhos*<sup>64</sup>. Halbwachs percebe a memória como um processo de construção, não somente em relação às lembranças seletivas de um dado sujeito, mas também é processo de construção a partir do *outro*, daquele que escuta, de quem reconhece a memória. O fazer memória pressupõe negociações entre os sujeitos, entre a memória e os quadros sociais nos quais ela está inscrita, relacionada ao tempo, ao espaço, com quem e para quem ela é lembrada.

Quando aquele que lembra é reconhecido por aquele que ouve, e vice-versa, as negociações com o *outro* acontecem e não é necessário que ambos partilhem memórias similares referentes ao mesmo episódio histórico para que sejam reconhecidas. É nesse sentido que a memória é capaz de reunir os sujeitos, como uma ligadura social<sup>65</sup>.

Certos de que nossas memórias nos pertencem e confiantes do controle que temos sobre elas, esquecemos, contudo, que as escolhas que fazemos e que geram nossas memórias, foram feitas no contato com *outros* e com a mediação daqueles a quem Ricoeur denomina de *próximos*. Segundo Ricoeur, a falsa, porém justificável, impressão de uma memória pessoal organizada em camadas cronológicas, fiel aos nossos anseios por lembranças, transforma muitas vezes o território da memória coletiva em um lugar distante, como se não nos pertencesse. A autonomia para tomar decisões não exclui as constantes negociações que implicam instâncias externas e coletivas. *Imaginamos*, lembra Ricoeur, *que nosso ato é independente de todas essas influências uma vez que não está sob a dependência exclusiva de nenhuma delas: 'não percebemos que, na verdade, ele resulta de seu conjunto, e que ele é sempre dominado pela lei da causalidade'*<sup>66</sup>.

---

<sup>63</sup> AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). op. cit. p. 95.

<sup>64</sup> RICOEUR, P., op. cit. p. 132.

<sup>65</sup> HALBWACHS, M., *A memória coletiva*. Pp. 38-40.

<sup>66</sup> RICOEUR, P., op. cit. p.133.

No fazer memória Ricoeur identifica três sujeitos: o eu, os coletivos e os próximos<sup>67</sup>. Reconhecê-los entre os pólos da memória coletiva e da memória individual possibilita à história operar com essa polaridade a partir de suas aporias. Se é a partir do *eu* que a lembrança é construída, é na relação com *outros* que ela ganha sentido, e esses *outros*, por vezes abstratos, constituem os grupos de pertencimento que conferem sentido a uma trajetória individual. A contribuição mais original de Ricoeur é a introdução da mediação daqueles que denomina de *próximos* na relação entre a memória individual e a memória coletiva. Para o autor, os próximos são *essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados numa faixa de variação das distâncias na relação entre o si e os outros*. São, portanto, aqueles,

“que me aprovam por existir e cuja existência aprovo a reciprocidade e na igualdade da estima. A aprovação mútua exprime e partilha da afirmação que cada um faz de seus poderes e de seus não-poderes, o que chamo de atestação em si mesmo com um outro. O que espero de meus próximos, é que aprovelem o que atesto: que posso falar, agir, narrar, imputar a mim mesmo a responsabilidade de minhas ações. (...) incluo entre meus próximos os que desaprovam minhas ações, mas não minha existência”<sup>68</sup>.

Admitir, contudo, o caráter coletivo de toda memória individual não significa que a memória coletiva seja um dado, pronta para ser apreendida sem qualquer tipo de trabalho envolvido. A noção de construção aplicada a todos os aspectos da memória é aqui reafirmada, ainda que sejam viáveis duas possibilidades de construção no que diz respeito à memória coletiva. No rastro de Halbwachs é possível afirmar que a memória como construção coletiva parte de um processo de negociação que concilia memórias individuais com memória coletiva. Porém, a memória coletiva de um grupo social como, por exemplo, a memória de uma geração, como é caso desse trabalho, é necessário diferenciar e relacionar dois movimentos nessa construção, um interno e outro externo.

Internamente, a organização e a construção de uma memória coletiva acontece quando os sujeitos integrantes de um grupo se reconhecem como tal. Um elemento de fora do grupo, como um historiador, pode se propor a estudar essa memória, ou mesmo apropriar-se dela de modo diverso daquele do grupo de origem, mas o grupo existe, está formado e se reconhece. Externamente, o mesmo historiador pode arbitrar a reunião de diferentes sujeitos em uma categoria criada por ele, e identifica nela a

---

<sup>67</sup> RICOEUR, P., op. cit. p. 134.

<sup>68</sup> Ibid. p.142.

existência de um grupo, mesmo sem que o conjunto por ele constituído se reconheça como um grupo.

A geração de filhos de militantes, aqui estudada, certamente não constitui um grupo, formalmente organizado a partir de demandas internas e coletivas dos sujeitos que comportam essa linhagem. Ainda assim, a denominação externa de quem produziu e idealizou a pesquisa não exclui essa possibilidade, desde que sejam tomadas as devidas precauções. Verificar se havia por parte dos entrevistados uma auto-identificação com a denominação “filho de militante”, por exemplo, era uma das hipóteses de trabalho. Como demonstrado no primeiro capítulo, há variantes em relação ao termo, mas ele não foi excludente em nenhum caso, a não ser os, desde o início, declarados “não filhos de militantes”. A pergunta era inicialmente colocada, pois a resposta, positiva ou negativa, determinaria o tom da entrevista. Certamente, para os objetivos deste trabalho, faria significativa diferença se o entrevistado se afirmasse como filho de militante, ou se negasse essa terminologia.

Alessandro Portelli enfatiza *que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos, se lembram*<sup>69</sup>. Na individualidade de uma memória não está o reflexo de um grupo social e aquele que trabalha com fontes orais sabe muito bem disso. Caso contrário, bastaria entrevistar uma única pessoa e a pesquisa estaria concluída.

Se entre os pólos da memória individual e coletiva estão postos os três sujeitos indicados por Ricoeur, quando o objeto de análise são fontes orais identificadas com um determinado grupo social, outras implicações estão em jogo. Perceber a dimensão coletiva da memória individual não é a mesma coisa que trabalhar a memória coletiva de um grupo. Nesse último caso a noção de coletivo é parte do processo de formação social do grupo. A resultante é a reunião de indivíduos que se identificam uns com os outros ou aos quais foi atribuída uma identidade de grupo. Portelli reconhece a memória coletiva de Halbwachs nesses exemplos, mas por seu caráter de memória social, *que só se torna coletiva quando é abstraída e separada da individual*<sup>70</sup>.

Quando a memória de um grupo, de uma comunidade, de um partido, de uma geração é o objeto de uma pesquisa que se apóia em fontes orais, o conceito de memória coletiva pode ganhar outros contornos. O ponto de partida é a memória

---

<sup>69</sup> AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). op. cit. p. 127.

<sup>70</sup> Ibid. p. 127.

individual, não somente porque quem lembra é um membro do grupo – e apenas um a cada entrevista –, mas porque grupos não falam em uníssono e em muitos casos não se reconhecem como tal. É a partir da soma das memórias individuais do grupo que ganha contornos a identidade coletiva que permite considerar o conjunto de entrevistados um grupo. A memória coletiva é, portanto, construída e não simplesmente reconhecida. Para Portelli, trata-se da diferença entre *memória coletiva* e *memória de indivíduos*.

“Quando compreendemos que ‘memória coletiva’ nada tem a ver com memórias de indivíduos, não mais podemos descrevê-la como a expressão direta e espontânea de dor, luto, escândalo, mas como uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições. Não podemos continuar procurando oposições somente entre campos de memória, e sim também dentro deles”<sup>71</sup>.

Em outra perspectiva, Maria Inés Mudrovcic<sup>72</sup> procura romper com a tradição dicotômica, comum nos trabalhos com fontes orais, entre memória individual e memória coletiva, que separam rigidamente essas duas dimensões da memória sem perceber que elas se constituem mutuamente e compreendem uma à outra. Ao negar uma linha divisória entre o individual e o coletivo no que diz respeito à memória, a autora se situa na perspectiva das contribuições de Maurice Halbwachs, uma vez que, para ela, toda memória individual é também coletiva, justamente porque toda memória é, acima de tudo, social.

“De la misma manera que toda experiencia vital de un individuo constituye una experiencia colectiva, no hay algo así como una memoria colectiva frente a una memoria individual; en un sentido, toda memoria es social”<sup>73</sup>.

A memória social é considerada como uma soldadura social a partir da noção simbiótica que Mudrovcic percebe entre a experiência individual e a experiência coletiva. A experiência de um indivíduo está, nesse sentido, tecida de associações coletivas com outros sujeitos.

A dimensão necessariamente coletiva que Mudrovcic atribui à experiência foi apropriada, nessa pesquisa, pelo viés de uma experiência comum<sup>74</sup>, compreendida a

---

<sup>71</sup> Ibid. p. 127.

<sup>72</sup> MUDROVCIC, M. I., Memoria y historia.

<sup>73</sup> Ibid. p. 115.

<sup>74</sup> A noção de *experiência comum* indica o reconhecimento entre sujeitos, a princípio sem vínculos e associações, a partir de um acontecimento histórico que injeta novos sentidos em suas trajetórias. A percepção vai além de terem vivenciado o mesmo episódio, mas de se

partir da referência comum a acontecimentos inaugurais<sup>75</sup>. São acontecimentos que inauguram demarcações historiográficas determinadas também por um fato, e não somente pela periodização, capazes de reunir indivíduos que, a princípio, se desconhecem, mas que a partir desse acontecimento tornam-se parte de um coletivo porque viveram uma mesma experiência. Esse ponto será aprofundado no próximo capítulo, uma vez que associações que conformam um coletivo como, por exemplo, uma geração, se constituem como parte desse processo.

A partir de uma vivência compartilhada da qual são formados grupos e comunidades, os sujeitos passam a reconhecer uma identidade em comum. A investigação acerca da memória coletiva, nesses casos, consiste em apreender, a partir das memórias individuais, o sentido coletivo e social do grupo em questão. Mas que não se engane o historiador, pois não é por estar referida a um grupo que a memória coletiva passa a ser uniforme, como se constituísse um *núcleo sólido*<sup>76</sup> que apresente uma perfeita coerência a ser investigada. A memória de grupo não exclui divergências, disputas, silêncios, contradições e, como sempre, ao lidar com a memória, é necessário um *trabalho*. Ao pesquisador que trabalha com fontes orais cabe perceber esses diferentes elementos constitutivos, trabalhar com eles e estar atento às suas emboscadas.

A ilusão de unidade, por exemplo, é uma armadilha perigosa e comum. Os depoimentos individuais mostram, pouco a pouco, que, longe de ser uniforme, a memória coletiva apresenta muitos desvios de percurso. As fontes orais frequentemente põem à mostra divergências, desentendimentos e disputas de um grupo que podem refletir outra disputa entre memórias, um pouco diversa. Ao invés da busca de legitimação da memória pela via de seu caráter oficial, instaura-se uma batalha interna pela definição do viés da memória que melhor represente aqueles indivíduos. Se existe uma memória oficial e dominante, cabe buscar os indícios de memórias destituídas de uma legitimação oficial, aquelas que Michael Pollak chamou de *memórias subterrâneas*<sup>77</sup>.

O caráter oficial de uma dada memória supõe sua legitimação por uma instância reconhecida e, por vezes, como assinalou Ricoeur, remete a uma dimensão

---

perceberem como cúmplices de uma experiência. Surge uma identificação antes não existente, e uma lógica de grupo é desenvolvida. Ver próximo capítulo.

<sup>75</sup> SIRINELLI, J-P., A geração. Ver próximo capítulo.

<sup>76</sup> AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). op. cit. p. 129.

<sup>77</sup> Cf. POLLAK, M., Memória e identidade social.

pública que pode se traduzir por rituais comemorativos. Pollak parece encaminhar suas reflexões na mesma direção, ao propor a existência de *memórias subterrâneas*, diversas e por vezes opostas à memória oficial. Na memória de um grupo como aquele que constitui o objeto de estudo desse trabalho, dado os denominadores comuns que fazem dos entrevistados um coletivo, uma mesma geração - a vivência involuntária das consequências da militância de seus pais e a construção de uma dada cultura política elaborada a partir da herança simbólica recebida - a oposição entre memória subterrânea e memória oficial pode ser menos nítida do que o previsto por Pollak. Pode, igualmente, sugerir disputas políticas internas ao grupo, e sobre essas disputas as distinções e relações entre o coletivo e o individual fazem tanto sentido quanto as que existem entre o público e o privado.

A rivalidade entre memórias não é, no entanto, uma relação necessária, mas sim recorrente. Uma memória reconhecida como oficial não sufoca necessariamente outras manifestações memorialísticas, mas uma vez em conflito, entram em disputa versões divergentes ou conflitantes, e é nesse sentido que as *memórias subterrâneas* podem vir a serem confinadas no universo do pessoal e do privado. Mas o interessante deste duelo é que, nem sempre, o que é tido como derrotado é vencido. A memória que repousa em silêncio não perde seu sentido, uma vez que o silêncio é tudo menos esquecimento.

Muitas vezes quem as retira do confinamento privado é o pesquisador que utiliza fontes orais, capaz de perceber nos silêncios um universo para a investigação. Diante das disputas, das divergências, das contradições e dos silêncios que as memórias de um grupo podem apresentar, o historiador pode questioná-los ou reafirmá-los. Aqui valorizamos o primeiro caminho.

Toda memória parece ter algo de subterrâneo. Estar em contraste com uma força externa opressora torna esse aspecto mais transparente, mas existem outras diretrizes causadoras de camadas mais profundas, menos aparentes da memória. O trabalho com fontes orais, por vezes, provoca a emergência desses ramos submersos da memória.

Independentemente se a geração selecionada é, ou não, um grupo socialmente organizado e auto-identificado, está em jogo *trabalhar* as memórias individuais, na investigação de denominadores comuns que incidam sobre a cultura e as práticas políticas desta geração de filhos de militantes.



## 2.4 Memória e história do tempo presente

Muitas discussões sobre a memória e sobre suas apropriações pela história tiveram início a partir da utilização de fontes orais e, através delas, não somente a relação entre memória e história foi aprofundada, mas também o trabalho do historiador, o estatuto da documentação histórica e a própria história como disciplina acadêmica foram beneficiados por esses debates. Esse ambiente de discussão parece positivo, uma vez o trabalho com a história oral é antes de tudo um trabalho inscrito no terreno da história e pensar sobre um significa refletir sobre o outro<sup>78</sup>.

Podemos resumir a longa discussão sobre o lugar da história oral nas ciências sociais, uma vez que, para alguns, ela se diferencia da historiografia, enquanto que, para outros é uma ferramenta metodológica a serviço dos historiadores. Nenhuma dessas duas posições prevaleceu. A história oral não é uma outra história, nem apenas um suporte da história, mas conquistou seu lugar como uma legítima área investigativa historiográfica, indissociável por isso mesmo da dimensão teórica.

“Neste estilo de trabalho, a tarefa de produzir conhecimentos históricos se torna, especialmente rica e atual, já que implica: reflexão teórica, trabalho empírico e de campo; maior ligação e vínculo pessoal com os sujeitos estudados; um processo de constituição de uma fonte e um processo de produção de conhecimentos científicos, isto é, um processo que permite ao pesquisador se transformar no que sempre se pretendeu ser, um historiador”<sup>79</sup>.

O uso desse tipo de documentação não conduz necessariamente a estudos mais especiais, mais importantes e, muito menos, mais esclarecedores. Um dos muitos incômodos de Giovanni Levi sobre os trabalhos com fontes orais são os que percebem testemunhos e entrevistas como fontes privilegiadas de informação, como se possibilitassem uma compreensão imediata da realidade<sup>80</sup>. Para ele, na maioria das vezes, por serem utilizadas para despertar a emoção do leitor, as fontes orais servem mais à comoção e menos à formação de um pensamento crítico.

A rigor, os procedimentos críticos em relação às fontes orais não são diferentes daqueles usados em relação a qualquer tipo de documentação e, nunca é demais lembrar, que nem um texto escrito, nem uma fotografia, nem uma entrevista são transparência do real. Os procedimentos científicos e o método analítico devem

---

<sup>78</sup> AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). op. cit. p. 16.

<sup>79</sup> Ibid. p. 24.

<sup>80</sup> LEVI, G., op. cit. p. 33.

ser os mesmos seja qual for a documentação usada. Os historiadores que utilizam entrevistas analisam, interpretam, e situam historicamente os depoimentos e as evidências orais, e as complementam com fontes documentais de outra natureza e tradicionalmente utilizadas no trabalho historiográfico<sup>81</sup>.

Certo que uma entrevista pode não ser uma fonte mais qualificada que uma carta manuscrita; no entanto, não podem ser ignoradas suas diferenças. Os elementos que compõem uma entrevista, antes, durante e depois da sua realização, não devem envolver o historiador e desviá-lo de sua função eminentemente crítica, mas há neles uma dinâmica específica que influi na pesquisa e no pesquisador, mesmo depois de sua conclusão.

Danièle Voldman compara as entrevistas a um jogo de esconde-esconde, onde as posições de poder oscilam entre aquele que pergunta e aquele que responde. O que pergunta, a princípio, tem o poder do controle do encontro, e o que responde tem o poder de quem viveu a situação. No jogo, os papéis se invertem quando, por exemplo, o entrevistado se torna entrevistador, ou quando impõe certos limites em relação às perguntas. As entrevistas com os depoentes Fernando, Luis e Nina tiveram a forte marca desta inversão pois, diferentemente dos demais encontros nesses, quem a princípio tinha o controle, a pesquisadora, se viu insegura, e cheia de tato.

O cuidado com os entrevistados era sempre o mesmo, com atenção constante às suas reações, para que a medida das perguntas não perdesse a dosagem entre o sensível e o investigativo. É conveniente levar em conta o universo de *memórias impedidas* com o qual o historiador pode esbarrar e os casos acima o deixaram à mostra desde o primeiro contato: mostraram-se receosos e preocupados desde o início, e estavam com as cartas do jogo. Diante da realização do encontro, que por fim aconteceu, o resultado final parece o de um empate técnico, com sabor de vitória para ambos os lados.

O compartilhamento de memórias não ocorre sem que haja uma identificação mínima entre quem pergunta e quem depõe e é importante para o pesquisador manter o rigor de seu método, para não se tornar um *porta-voz dos outros*<sup>82</sup>, nem incluir nas memórias que investiga suas impressões pessoais.

---

<sup>81</sup> AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). op. cit. p. 23.

<sup>82</sup> Ibid. p. 23.

A falta de atenção a uma metodologia de trabalho com depoimentos pode resultar, no final da pesquisa, mais em um livro que transcreve histórias de vida ou experiências pessoais do que num trabalho analítico. Uma coleção de pequenas biografias justapostas e com ênfase nas histórias pessoais exprimem, na percepção de Giovanni Levi, memórias fragmentadas e individualizadas:

“C’est la mémoire de chacun, non celle d’un groupe ou d’un peuple, qui entre continuellement en scène: non plus une histoire communicable mais une autobiographie, non plus le passé de la société mais une myriade de fragments et d’objets séparés, de choses telles qu’elles sont représentées dans l’imagination courante, alimentée par des livres, des films et des mythes approximatifs”<sup>83</sup>.

Continua o autor:

“C’est donc une mémoire individualisée, remplie d’informations, mais fragmentée, que les historiens trouvent chez leurs lecteurs; une mémoire qui tend à simplifier, à transformer en stéréotype et qui exprime une société morcelée qui a affaibli la signification complexe de toute mémoire collective, ou mieux, qui est sensible à des formes simplifiées de représentation du passé, faites de slongans et de mythes vides de contenus réels, mais qui ne sont pas pour autant moins puissants ou mobilisateurs ou, à l’opposé, moins paralysants”<sup>84</sup>.

A sobreposição de fragmentos de memórias individuais é, para Levi, um equívoco recorrente que decorre da desconsideração do sentido coletivo do passado e a multiplicação de visões subjetivas anulam, quase sempre, uma pluralidade de pontos de vista<sup>85</sup>. Ainda assim, Levi não é contrário ao uso de fontes orais, ainda que não seja muito otimista em relação às suas práticas, por considerar mais raras as análises sólidas e críticas do que aquelas que, através da decantação, da influência dos meios de comunicação e da estilização da memória individual, constroem imagens deturpadas do passado.

O desconforto do autor não é somente de ordem metodológica, mas também porque percebe na utilização equivocada das fontes orais usos políticos indevidos da história. Da memória considerada como fonte verdadeira dos fatos se origina a atribuição ao historiador que com ela trabalha do lugar de autoridade, daquele que sabe realmente o que aconteceu. Os estudos contemporâneos, mais especificamente os que foram produzidos a partir do redesenho da nova ordem mundial, expressam essa atribuição ao historiador e à história.

---

<sup>83</sup> LEVI, G., op. cit. Pp. 31-32.

<sup>84</sup> Ibid. p. 32.

<sup>85</sup> Ibid. p. 33.

O fim do bipolarismo no cenário internacional despertou o interesse e a procura por explicações acerca do que ocorria no presente imediato. Os historiadores foram convocados ao centro dos debates e deles se esperavam explicações sobre o que ocorria. *Nossos contemporâneos*, afirma René Rémond, *redescobriram graças ao fato e à atualidade, a importância da história*<sup>86</sup>, e dificilmente é compreendido que fornecer respostas exatas aos fatos e explicá-los, além de ser uma tarefa impossível, não é a função do historiador.

“Dos historiadores espera-se que resolvam os debates, que sejam os árbitros nas controvérsias que dividem a consciência pública e confundem as opiniões, que façam a verdade. Exige-se que exerçam uma magistratura. É a confusão dos papéis: os magistrados se fazem historiadores, e pede-se aos historiadores que se tornem magistrados. Tudo isso convida a uma profunda reflexão sobre os limites do nosso poder, sobre a relatividade das conclusões às quais chegamos, sobre a exigência de verdade sobre a nossa responsabilidade social. Não podemos proceder, como fazem tantas vezes os intelectuais, sem nos preocuparmos com as consequências de nossos atos. Devemos ser responsáveis na pesquisa da verdade objetiva sobre o tempo presente. Essa é uma das direções nas quais devemos promover, engajar, aprofundar uma reflexão coletiva”<sup>87</sup>.

A história do tempo presente, alerta René Rémond, exige rigor igual ou maior que aquele próprio dos estudos sobre outros períodos, o que significa que ela não é dotada de mais precisão, nem é mais esclarecedora que qualquer outra pesquisa histórica por lidar com um tempo mais recente. Se a serventia da história comumente foi a de constituir-se em *une arme politique utilisée pour donner sens au monde du passé selon une logique du présent*<sup>88</sup>, a história do tempo presente recoloca os termos dessa hipótese ao lidar com acontecimentos vividos por todos.

Na contemporaneidade, as novas formas de comunicação e de informação geram a divulgação em escala mundial de notícias daquilo que acontece no mesmo instante, ou na linguagem da mídia, *em tempo real*. É comum a presença de um historiador em um estúdio de televisão para que comente e interprete um fato no momento mesmo em que ocorre. Canais como CNN e Globo News parecem dispor de um historiador sempre a espreita no estúdio, pronto para entrar em cena e discorrer com autoridade sobre qualquer assunto. Como qualquer outro indivíduo diante de um fato impactante, o historiador provavelmente nada terá de muito preciso a dizer, especialmente porque nas reportagens televisivas sobre fatos contemporâneos

---

<sup>86</sup> AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). op. cit. p. 206.

<sup>87</sup> Ibid. p. 206.

<sup>88</sup> LEVI, G., op. cit. nota 63 desse capítulo.

impactantes as imagens valem mais que mil palavras. A pressão do momento exige esclarecimentos imediatos, e o historiador com a aura científica que lhe cabe é compelido a explicar o ocorrido em rede nacional, em poucos segundos e com uma linguagem acessível ao grande público, o que certamente não são habilidades próprias da profissão.

O desejo de explicações plausíveis para o imediato deu origem a uma desorientada releitura da história, preocupante na perspectiva de Giovanni Levi, pois atribui à história um censo de exatidão que ela não tem. A história, mais que nunca, é vista como reconstrutora dos fatos e o historiador como um perseguidor e infalível mestre da verdade objetiva. Apesar de realmente serem perseguidores da verdade, os profissionais da história sabem que podem apenas se aproximar dela<sup>89</sup>, o que na frenética busca por respostas parece ser ignorado. Mesmo diante de novos tempos, de um novo público, com novos meios de divulgação, o historiador deve manter sua convicção científica de investigador e questionador dos fatos e processos. Mais do que dar respostas positivas, deve saber formular perguntas.

A percepção de uma história provedora de verdades é mais problemática na história do tempo presente, pela proximidade temporal com os objetos de estudo. A instantaneidade do imediato reveste o acontecimento de um caráter efêmero que, para história, ele não tem posto que é sempre privilegiado o processo, e não um acontecimento. Ao contrário do que se pode pensar, não é da alçada do historiador produzir uma “história do instante”<sup>90</sup>.

Nas pesquisas sobre o tempo presente, apesar de seu referente cronológico ser sempre recente, lida-se com fronteiras fluídas como em qualquer estudo histórico. Para Rémond, essa perspectiva exige do historiador atenção redobrada em relação às mudanças e às novidades, pois *como resultado da aceleração, a maioria dos temas que estavam no cerne da investigação e da reflexão da história do tempo presente de repente envelhece e passa à condição de passado*<sup>91</sup>.

Na delimitação do campo que constitui o objeto próprio da história do tempo presente, nem sempre é fácil e quase nunca é unânime a definição do que venha a ser o *contemporâneo*. Luisa Passerini lembra que François Bédarida reserva a utilização do termo ao tempo em que se vive, e assinala que estudos concentrados nessa

---

<sup>89</sup> AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). op. cit. p. 222.

<sup>90</sup> Ibid. p. 207.

<sup>91</sup> Ibid. p. 208.

temporalidade operam com entrecruzamentos do passado no presente, e projeções para o futuro<sup>92</sup>.

Estudos sobre memória, em especial se referidas ao tempo contemporâneo, indicam para Roger Chartier que é no cruzamento do presente com o passado que ganham forma as aspirações de futuro, o que não é muito diverso da formulação de Le Goff: *a memória onde cresce a história que por sua vez a alimenta, procura o passado para servir o presente e o futuro*<sup>93</sup>. Na compreensão de Chartier, trabalhos que aplicam a memória ao estudo da história presente podem propiciar, entre outras coisas, *uma reflexão essencial sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação social pelos indivíduos que tem a mesma formação ou configuração social*<sup>94</sup>.

A utilização de fontes orais nessa pesquisa não se justifica pelo fato da geração de filhos de militantes pertencer à história do tempo presente, nem muito menos porque é ainda pouca, ou rasa, a produção acadêmica sobre o tema. Também os filhos de militantes contra a ditadura militar estão longe de serem sujeitos a quem seja necessário dar a voz. Neste trabalho, as entrevistas constituem uma ferramenta de pesquisa importante, uma vez que essa investigação inscreve-se também na história do tempo presente; os arquivos perderam seu caráter exclusivo e é enriquecedor recorrer a outras fontes, não à *história oral*, mas às *fontes orais da história*<sup>95</sup>.

A relação entre a memória e a história certamente abre outras trilhas além das aqui resumidas para esse trabalho, mas elas permitem estabelecer, sobre território teórico seguro, que os depoimentos orais não foram entendidos como fornecedores de respostas, mas sim como facilitadores para a formulação de perguntas. A partir da memória dos filhos de militantes entrevistados, procuramos desenvolver um estudo sobre a cultura política de uma geração que está diretamente associada ao *período confuso de perda de referências dos anos 80 e 90*<sup>96</sup>.

O próximo capítulo procurará aprofundar que relações estabelece o conceito de geração com o de cultura política e a partir dessas relações, definir parâmetros para a investigação feita com a geração de filhos de militantes e sua relação com um passado de tradição política de esquerda.

---

<sup>92</sup> Ibid. Pp. 212-213.

<sup>93</sup> LE GOFF, J., op. cit. p. 47.

<sup>94</sup> AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). op. cit. p. 217.

<sup>95</sup> Ibid. p. 208.

<sup>96</sup> Ibid. Pp. 96-97.